

A VIOLÊNCIA NAS RELAÇÕES DE INTIMIDADE

Um contributo para a definição de alguns conceitos

Maria José Magalhães – CIIE- FPCEUP

2005

Relações de intimidade atravessadas de violência

Trazer esta discussão sobre a “violência contra as mulheres” tem o sentido de aqui discutir uma componente importante da problemática das relações de género em Portugal e os eixos em que podemos identificar as mudanças que se têm ou não efectuado. E é nesta teia complexa de articulações, tensões e sobreposições que entendemos o problema da violência contra as mulheres nas relações de intimidade que se constituem como um eixo fundamental de silenciamento e constrangimento nas vidas das mulheres. Dado que se assenta numa epistemologia da escuta, isto é, na importância de ouvir mulheres vítimas de violência, segue-se uma discussão teórica sobre os termos com que lidamos diariamente.

1. Reflectindo sobre os conceitos

Os conceitos são variados, exprimem coisas diferentes e entroncam em perspectivas e pontos de vista diversos. É esse *apanhado* que vamos muito resumidamente apresentar, em torno das noções de violência doméstica, familiar ou conjugal e violência contra as mulheres, assim como os de vítima, sobrevivente e síndrome da mulher batida.

O conceito de “violência contra as mulheres” surge na sequência da chamada ‘segunda vaga’ dos movimentos feministas, também designados ‘novos movimentos de mulheres’, com maior proeminência nos EUA, Alemanha e Grã-Bretanha. Emergiu, nos anos 1970, em oposição a outros mais *técnicos* e falsamente neutros como “violência no casal” ou “violência familiar”, evidenciando o carácter patriarcal da sociedade industrial e capitalista. Como afirma Carol Hagemann-White, “consistia numa posição de que a violação e o espancamento não são causados pela personalidade individual ou por padrões individuais de comportamento, mas estão enraizados na sociedade patriarcal” (1998: 178). A regularidade e extensão deste fenómeno permite afirmar que “a violência contra as mulheres não emerge no lado negro de uma sociedade largamente civilizada, mas exactamente no seu centro” (*idem: idem*), na medida em que subjaz, de forma explícita ou implícita, às relações entre homens e mulheres, caracterizando muitos dos contextos familiares, propiciando uma socialização que promove a sua reprodução e, desta forma, construindo parte da matriz das relações de intimidade heterossexuais. Assim, e como a autora sublinha, a violência contra as mulheres “não contradiz a norma, de tal forma a estende até às suas consequências lógicas” (*idem: idem*). O que acontece, e diferentemente do que se passa com outros tipos de violência, é que esta violência se realiza nos espaços e relações de intimidade, que trazem consigo o conhecimento dos medos secretos de cada pessoa, e neste sentido, vai ao fundo de cada uma, negando “a individualidade da vítima, reduzindo-a ao facto de ser mulher e, por isso, violável, violentável: é isto que magoa todas as mulheres quando se ataca uma” (Hagemann-White 1998: 178).

Violência doméstica¹ e violência na família são outros conceitos que enfatizam as agressões e abusos no seio familiar, no lar, tornando-se importantes por

¹ Noção de violência doméstica no I Plano Nacional contra a Violência Doméstica (2000): «qualquer conduta ou omissão que inflija, reiteradamente, sofrimentos físicos, sexuais, psicológicos ou económicos, de modo directo ou indirecto (por meio de ameaças, enganos, coacção ou qualquer outro meio), a qualquer pessoa que habite no mesmo agregado doméstico ou que, não habitante, seja cônjuge ou companheiro ou ex-cônjuge ou ex-companheiro, bem como a ascendentes ou descendentes». (2000: 31) Podemos também encontrar definições de violência doméstica em diversos documentos das organizações internacionais, por exemplo, a da UNICEF (2000) apresentada no documento “Domestic Violence Against Women and Girls”: «domestic violence (...) includes violence perpetrated by intimate partners and other family members and manifested through: physical abuse (...), sexual abuse

constituírem, em si mesmos, desafios à ideologia da família ideal, ao mostrar como essa é também uma realidade opressora, hierárquica. Assim, aquele espaço, que deveria constituir um lugar de tranquilidade, é muitas vezes um lugar de medo e, por vezes, de terror. Este conceito engloba diversos tipos de abusos, para além dos que se verificam contra as mulheres: contra as crianças, os idosos e, eventualmente, embora numa proporção muito menor, contra os homens. Neste sentido, o termo é importante por desafiar essa instituição que muitos teimam em manter numa privacidade obscura onde os direitos de cidadania parecem não ter entrado.

No entanto, tal como o de violência conjugal, pode levar a esconder o carácter genderizado da maior parte da violência na nossa sociedade, isto é, ocultar quem é agressor e quem são as vítimas. Assim, o conceito de violência contra as mulheres parece mais claro e explicativo para conceptualizar o fenómeno e equacionar formas para a sua transformação. Também é, do ponto de vista sociológico, mais explicativo: por um lado, porque em termos da sua expressão numérica, a violência perpetrada contra as mulheres no espaço doméstico e das relações de intimidade ultrapassa os 90% em comparação com os casos de violência contra os homens; por outro, e que nos parece fundamental, as consequências e o tipo de agressões são diversos.

A violência contra as mulheres no seio familiar, doméstico ou das relações de intimidade, articula-se com a situação mais geral de subordinação das mulheres nas outras esferas da vida social (económica, política, simbólica, ideológica, etc.), realiza-se num contexto ideológico e simbólico em que os homens *mandam e têm poder* sobre as mulheres, traz consigo uma *história* e uma tradição, com influência directa em alguns contextos e indirecta noutros, onde os homens tiveram poder de vida e de morte sobre as esposas e as filhas, legitimado pelos estados e pelas leis, ou mais recentemente, se o poder não era de vida e morte em sentido literal, a agressão e o assassinio *eram* tolerados. Mais ainda, a ordem simbólica patriarcal desvaloriza o sofrimento e as dores das mulheres (Restuccia 2000), o que nesta questão significa, de alguma forma, aceitação pelo menos parcial da violência masculina. Não desvalorizando a violência exercida sobre os homens, importa destacar que as

(...), psychological abuse (...), economic abuse (...). Acts of omission are also included as a form of violence». (Lourenço e Carvalho 2000: 30)

mulheres vítimas de violência no espaço doméstico sofrem com consequências diferentes e muito graves para a sua individualidade, algumas das quais dificilmente reversíveis.

Este conceito de violência contra as mulheres² vai para além da violência perpetrada no espaço doméstico (ver também AAVV 1995; Amâncio 1995, entre outras), incluindo e articulando-se com todas as agressões de que as mulheres são alvo, quer no espaço doméstico, quer nos espaços públicos das instituições e do posto de trabalho, como o assédio, o tráfico sexual, a discriminação, etc.. Desta forma, ficam mais claras as razões da violência, já que é possível observar padrões de comportamento dentro e fora das instituições. Permite ainda, por um lado, verificar que as mulheres são, de longe, muito mais agredidas pelos seus íntimos e no espaço do seu lar; e, por outro lado, levantar a questão da violação, que não tem sido muito tratada no nosso país.

A violação é uma violência contra as mulheres que existe para lá das portas do lar, mas também no seu interior. Como afirma Susana Maria, “a violação é uma crise pessoal e um fenómeno político” (2004: 19) e muito da sua existência se deve ao que alguns autores designam de «cultura de violação», enquanto “complexo conjunto de crenças que encoraja a agressão sexual dos homens e apoia ou suporta a violência contra as mulheres (...) em que a violência é vista como «sexy» e a sexualidade como violenta” (Buchwald, Fletcher e Roth, citadas por Maria 2004: 102).

A denúncia da violência contra as mulheres e da violação (dentro ou fora do casamento) é outra das reivindicações do feminismo de segunda vaga, onde as obras de Kate Millet (1963) e de Susan Brownmiller (1975) foram marcos fundamentais. Esta temática tem também estado no cerne das polémicas sobre vitimização e agência no seio do movimento feminista e das perspectivas teóricas feministas (e que desenvolvemos mais detalhadamente no capítulo 5). Neste sentido, importa questionar: mas as mulheres são vítimas³ ou não? Será

² Em Beijing, 1995, a Violência Contra as Mulheres ficou assim definida: “qualquer acto de violência baseado no género de que resulte ou possa resultar sofrimento ou lesão física, sexual ou psicológica para as mulheres, incluindo a ameaça da prática de tais actos, a coacção ou privação arbitraria da liberdade, quer ocorram na esfera pública quer na privada” (Agenda Global, Plataforma de Acção de Pequim, 1995: 87).

³ Algumas/ns autoras/es fazem uma distinção entre o conceito de vitimação e de vitimização para ajudar a compreender a complexidade deste fenómeno. Assim, segundo Azevedo e Guerra (1989), a vitimação constitui o processo de ‘alto risco’

que considerá-las vítimas não significa reforçar o seu lugar secundário na sociedade? Como sair deste aparente paradoxo?

Lenore Walker (1997, 1979) foi a primeira investigadora a extrapolar as descobertas iniciais sobre o desânimo aprendido (*helplessness*) às mulheres espancadas, que denominou de Síndrome da Mulher Batida (BWS, também designado síndrome de Walker, em homenagem à sua autora), o qual, apesar das controvérsias científicas, se tem mostrado útil na conceptualização do fenómeno e, sobretudo, na intervenção no terreno⁴. Este síndrome pode ser conceptualizado como um conjunto de características / traços provocados pelo abuso que tornam a vítima com mais propensão a manter-se na relação e menos capaz de lhe escapar. A crença da mulher espancada de que a fuga é impossível e a depressão que acompanha esta crença levam ao seu armadilhamento na relação. Os três componentes do síndrome são os seguintes: (a) comportamentos provocados pela vitimização; (b) comportamento de abandono aprendido; e (c) comportamentos de *coping* auto-destrutivos. Assim, as vítimas exibem extrema baixa auto-estima, dificuldades cognitivas, como por exemplo, dificuldades de concentração, memória e de raciocínio, sintomas de mal-estar físicos como cansaço, insónias, dores de cabeça, depressão, ansiedade, etc. Como acontece com o stress pós-traumático, uma das características deste tipo de sintomas é a reexperimentação cognitiva constante do evento, cuja recorrência contribui para manter altos níveis de ansiedade. Assim, uma pessoa precisa de despende muita energia para contrabalançar essa ansiedade e poder de alguma forma monitorar as suas acções⁵.

para o que contribuem diversos factores, inclusive a conjugação da violência estrutural (económica, racista, homofóbica, de idade, de género, etc.) com uma situação particular em que indivíduos específicos utilizam as suas prerrogativas para vitimizar outras pessoas, isto é, em que a situação particular se conjuga com a situação mais estrutural para assegurar que os privilégios dos grupos sociais dominantes sejam assegurados e que os direitos da maioria da população sejam destruídos. Portanto, vitimização reserva-se para as situações que se podem constituir como condições de vitimização. A vitimização seria um conceito mais reservado para os processos concretos onde este extremo de relação de força e de poder se estabelece entre pessoas concretas.

⁴ Para além do SMB [BWS], Lenore Walker foi também quem caracterizou o ciclo da violência doméstica, constituído por três fases: a fase da tensão crescente; o incidente de violência aguda ou a explosão; a calma, *loving respite*, que outros autores designam de «fase da lua de mel» (Walker 1979: 55).

⁵ Alyce LaViolette e Ola Barnett explicitam: “Existe ampla evidência de que o comportamento impulsivo e imprevisível dos abusadores produz stress e sentimentos de desânimo aprendido nas pessoas mais afectadas (...) As mulheres em relações física ou emocionalmente destrutivas podem tornar-se hipersensíveis a

Vale a pena enunciar alguns dos processos e mecanismos desta vitimização: a focalização no agressor, o medo e o pânico permanentes, a modificação dos padrões de violência, o carácter “randómico” deste tipo de abuso com oportunidade para recuperar, a crença de que a qualidade das relações afectivas são da responsabilidade da mulher, a auto-culpabilização e a família violenta como *instituição total*⁶.

Assim, um dos aspectos evidenciados pelas/os investigadoras/es sobre a violência contra as mulheres no lar é o facto de as mulheres espancadas estarem muito focadas nas agressões e no agressor. Isto foi muito evidenciado pelas mulheres do estudo de Maria José Magalhães (2005) nossa pesquisa que ainda se encontram a viver com o agressor: apesar das nossas tentativas, os seus discursos centravam-se nas agressões e nos agressores, falando muito breve e sinteticamente de outros aspectos das suas vidas presentes ou passadas. O tema predominante da vida familiar é o abuso, em torno do qual tudo gira.

Um outro aspecto importante referido é o medo e o pânico que envolve toda a vida das mulheres espancadas e as tentativas para evitar a violência, que vão desde a desvalorização, baixando o padrão de avaliação, até ao facto de tentarem responder pronta e completamente a todos os desejos do agressor. O medo, o pânico, o susto em que vivem permanentemente estas mulheres, tal como as vítimas de guerra, é o elemento central das suas existências, já que “experienciar violência transforma as pessoas em vítimas e muda as suas vidas para sempre; uma vez vitimizada, uma pessoa não mais se sentirá suficientemente em segurança” (*ibidem*). Assim, “uma vez que o medo se torne parte da relação, a relação muda” sendo este “o elemento emocional mais crítico na definição da violência marital”⁷ (*ibidem*).

mudanças às situações específicas nos olhos, discurso, tom de voz, e expressões faciais dos parceiros que podem sinalizar uma próxima agressão. Parece que uma mulher espancada que consegue antever uma agressão está tão entricheirada neste padrão que a sua maior exposição e familiaridade tornou-as simultaneamente mais amedrontadas e talvez mais capazes na previsão de que ocorrerá abuso. (...) No entanto, independentemente da ‘prática’ que tiverem, nunca conseguem prever com exactidão quando nem como vai ocorrer uma agressão. (...) Saber o que nos espera parece providenciar uma ilusão de controle.

⁶ Conceito desenvolvido no trabalho de Goffman (1999,1959).

⁷ Magalhães refere que a autora citada afirma também : “diversos tipos de actos agressivos (físicos, sexuais e emocionais) podem interagir com variados níveis de apreensão, opressão e controle para designar diferentes extremos num *continuum* de abuso”.

Para as mulheres que vivem “armadilhadas” num ciclo de abuso, pode haver momentos não violentos, mas não necessariamente momentos em que se sintam seguras. Concentrando-se nas acções do agressor, algumas aprendem a antecipar a agressão. Simultaneamente, à medida que uma relação de espancamento continua, mais exagerada é a crença por parte da vítima de que o seu agressor é omnipresente. Desta forma, “ela torna-se menos capaz de ver a conexão entre o seu comportamento e a natureza ou a racionalidade por detrás da agressão do espancador e, embora a violência possa ocorrer “randomicamente”, a probabilidade é de 600 para 1 em como será ela o alvo do seu abuso (Kandel-Englander, *ibidem*). Mas é preciso notar que o nível de susto gerado durante o episódio violência “não é paralelo ao grau de violência usado ou à seriedade da injúria infligida”, sendo que “mesmo uma forma não física de abuso pode criar um alto nível de medo” (Jacobson et al., *ibidem*)⁸.

Também o facto de as agressões não serem permanentes, sendo caracterizadas por diversas fases, o ‘ciclo da violência’ a que já fizemos referência, torna mais difícil a ruptura, porque permite a esperança de que o marido ou companheiro vai mudar e providencia oportunidade para a alteração dos padrões para julgar essa mesma violência. Neste tipo de relação de intimidade, tende-se a pensar que a agressão e o abuso não é o estado ‘normal’, não é a ‘verdadeira relação’, é uma aberração, um momento de crise. Neste processo, “crescente, gradual e intermitente castigo permite aos parceiros (e às crianças), numa família violenta, a oportunidade para recuperar”, o que, com progressivos e subtis ajustamentos, pode levar à mudança dos seus próprios padrões para julgar a violência. Assim, “o que inicialmente pensavam que era um castigo severo, pode agora parecer suave;

⁸ Magalhães cita La Violette e Barnett (2000): As autoras desenvolvem a importância de equacionar os diferentes tipos de abuso para além das agressões físicas. Citando Jacobson et al (1996) e outras/os autoras/es, afirmam: “Pesquisa recente começa a mostrar que o abuso psicológico gera medo ainda mais definitivamente do que o abuso físico (Arias e Pape 1999). (...) A sociedade tende a denegrir a sua importância em comparação com o abuso físico” [...] Emergem actualmente definições de abuso psicológico no reconhecimento do seu significado na criação de um ambiente caracterizado pelo medo: “actos de criticismo recorrente e ou agressão verbal de um/a parceiro/a e / ou actos de isolamento e dominação de um/a parceira/o” (O’Leary 1999: 19). (...) Uma revisão da evidência empírica avaliou que o abuso psicológico aumentava a depressão, baixava a auto-estima e quase sempre precedia a agressão física (ver O’Leary 1999).” (2000: 101)

o castigo que tinha sido considerado severo pode tornar-se a nova linha de base” (*ibidem*).

Magalhães (2005) inclui a forma como a sociedade culpa as mulheres e o fenómeno em espelho de elas se culparem a si mesmas e às outras.

Chama a atenção para o que algumas/uns autoras/es propõem: as mulheres espancadas podem culpar-se ou por causarem o abuso ou por tolerá-lo. Em qualquer caso, é sempre auto-culpabilização, o que conduz à produção de culpa. Como Erica Jong fraseou: “mostrem-me uma mulher que não se sinta culpada e eu mostro-vos um homem. Esta culpabilização articula-se com o facto de a socialização genderizada atribuir às mulheres a responsabilidade pelo mundo dos afectos e pelo espaço privado, o que tem como consequência elas assumirem a violência como o seu falhanço na incapacidade de construir a família ideal, isto é, nos termos dos contos infantis, em transformar o “monstro” em “príncipe encantado”.

Um outro aspecto dos processos associados à vitimização pela violência nas relações de intimidade levado em consideração é o facto de que o lar, a família, se constituir como uma instituição total. Os estudos realizados permitem aplicar o conceito de *institucionalização* às circunstâncias de uma família assente numa relação de abuso: (a) numa instituição, os técnicos fazem todas as regras e punem a sua não obediência; num lar, o espancador faz todas as regras e pune a não obediência; (b) numa instituição, os internos sofrem pela constante exposição aos técnicos; num lar violento, a mulher espancada sofre de uma constante exposição à vigilância do marido; e (c) numa instituição, ocorre a mortificação do *self* por procedimentos como rapar o cabelo, fazer revistas ao corpo, controlar todos os elementos pessoais, incluindo vestuário; num lar violento, a mortificação ocorre como resultado da suspeição e controle do marido e dos ataques de humilhação. Muitas vezes, as mulheres espancadas referem sentir-se como prisioneiras⁹ ou a viver “num inferno”.

Desta forma, as mulheres que vivem numa relação abusiva, ao centrarem todos os seus esforços no estabelecimento de estratégias de comportamentos

⁹ Como temos constatado e a imprensa tem noticiado, “de facto, um número de mulheres relataram ter sido fechadas à chave nas suas casas” ou presas de formas subumanas.

de satisfação do agressor no sentido de evitar o abuso, canalizam toda a sua energia para conseguir que o agressor fique contente para não espoletar situações 'provocadoras' de violência. No entanto, os estudos mostram que, façam o que fizerem, poucos efeitos obtêm sobre as agressões e o agressor¹⁰. Como afirma Magalhães (2005, *op. cit.*), citando Alyce LaViolette e Ola Barnett, "quando uma mulher vive com violência, o agressor torna-se o 'veio' de transmissão da sua existência". As mulheres vítimas de violência concentram os seus esforços e energias a tentar fazer parar a violência ou a mudar o agressor¹¹, o seu comportamento, a sua personalidade, a sua forma de ser. Na sua subjectividade, analisam e agem de forma a tentar responder prontamente às percepções e às necessidades e desejos dos agressores para terem paz e sobreviverem. Neste processo, "com o tempo, estas reacções entram em metamorfose num padrão de resposta emocionalmente baseado e não cognitivamente baseado" (Magalhães 2005, *op. cit.*), sendo este aspecto uma das razões que lhes dificulta a saída da relação, porque "estas mulheres espancadas estão demasiado ocupadas a reagir reflexivamente para poderem entrar no mundo do pensamento objectivo e claro", o que as impede "de focar directamente na sua própria fuga".

É esta complexidade do processo de vitimização que dá conta das principais razões pelas quais as mulheres se mantêm nas relações abusivas¹².

Magalhães introduz ainda o conceito de *sobrevivente* trazido por autoras/es como Hoff, Fátima Monteiro e Susana Maria para indicar que as mulheres não são vítimas passivas dos abusos no seio familiar. Consideram o conceito de

¹⁰ Magalhães (*op. cit.*) cita alguns estudos que nos fornecem alguns exemplos concretos que nos permitem retirar algumas ilações: "... o comportamento das mulheres espancadas tem poucos efeitos de longa duração no que acontece na relação. Se ela deixa de falar com os amigos ao telefone porque isso o aborrece, mais tarde ou mais cedo outra coisa qualquer vai fazer disparar o comportamento controlador ou o episódio violento. Mesmo a sua resolução efectiva de problemas pode apenas adiar o abuso; não o parará. Apoio para a falta de controle que as mulheres espancadas têm sobre o comportamento do agressor vem de um estudo de discussões entre casais abusivos. *Nenhum* dos comportamentos da vítima conseguiu fazer suspender a violência do marido uma vez iniciada."

¹¹ As técnicas entrevistadas por Magalhães que trabalham em gabinetes de informação, núcleos de atendimento ou centros de atendimento às mulheres vítimas de violência, afirmam que um dos pedidos recorrentes de algumas mulheres é que as ajudem a mudar o marido ou companheiro.

¹² LaViolette e Barnett, citadas em Magalhães (*op. cit.*), fazem um paralelismo com experiências laboratoriais e argumentam: "algumas pessoas pensam que abandonar uma relação é fácil, e que as mulheres abusadas devem gostar de serem magoadas porque senão elas não ficariam. Não há indicação de que as mulheres abusadas gostem de uma boa pancada. Nada nas experiências laboratoriais indicou que os animais gostavam de ser punidos para obter comida. Apenas gostavam de comer!"

vítima pouco adequado para reflectir a situação das mulheres que sofrem violência de género — violência doméstica, violação. Reconhece-se que as pessoas têm potencial de crescimento e de desenvolvimento, para além da situação de vítimas. Segundo Magalhães, Fátima Monteiro refere: “sobrevivente refere-se aos processos individuais e sociais de fortalecimento e recuperação da integridade mental, física e social devido a violência doméstica”. Constituiu aliás, em 1999, o lema da campanha da Comissão dos Direitos das Mulheres do Parlamento Europeu, sob a direcção de Marianne Eriksson¹³. Para as autoras citadas em Magalhães, o conceito de sobrevivente seria mais adequado. Vítima e sobrevivente constituem dois conceitos diferentes que designam realidades diversas e que, por vezes, podem coincidir na mesma pessoa, em momentos diferentes ou mesmo simultaneamente.

A pessoa é *vítima*, de facto, quando se encontra numa situação em que é atacada, não tem como se defender nem forma de pensar por onde fugir. Esta situação pode deixar marcas prolongadas e então a vitimização tem consequências importantes. Algumas pessoas vítimas conseguem sobreviver a estas circunstâncias e é crucial conhecermos as formas, os processos de sobrevivência, sendo este conceito de *sobrevivente* importante para olharmos os recursos das mulheres, as suas capacidades para recuperar. Infelizmente, nem todas conseguem. Mais ainda, em nossa opinião, os custos sociais, emocionais, pessoais, educacionais e económicos (ver Lisboa et al. 2003) que acompanham a violência podem indicar que o combate à violência no seio das relações de intimidade não passe pela sobrevalorização dos processos de sobrevivência no interior de relações abusivas. Nesta ordem de ideias, a noção de vítima é também crucial, primeiro porque nem todas têm os mesmos recursos (emocionais ou outros) e não podem ser culpadas por isso, segundo porque é necessário que a sociedade no seu todo assumam e combatam este problema social também com a distribuição de recursos às próprias vítimas. Do nosso ponto de vista, as vítimas com mais ou menos recursos devem ter toda a ajuda de que necessitarem para ultrapassarem a vitimização de que foram alvo e poderem retomar a sua vida equilibradamente, o melhor possível.

¹³ Resolução A4-0250 / 97; ver também Resolução B4-0047/94.

Sendo o conceito de sobrevivente uma ferramenta conceptual importante no trabalho com mulheres batidas, no entanto, deve ser tomado cautelosamente para não desviar a atenção da gravidade da situação em que as pessoas abusadas se encontram e levar-nos de novo à re-vitimização, isto é, ao processo que ainda sujeita mais a mulher: afinal, a culpa era sua, o que foi já suficientemente criticado e analisado pela pesquisa feminista. Por isso, para não correremos riscos de dupla vitimização das mulheres, pensamos que vale a pena equacionar os dois conceitos, de vítima e de sobrevivente, e perceber quais os processos explicados por cada um nas vidas das mulheres e que as vítimas não têm possibilidades de romper com a sua condição sem (pelo menos alguma) ajuda exterior.

A sociedade joga um papel crítico nas possibilidades que dá ou que impede no empoderamento (*empowerment*) às mulheres vítimas de violência. De facto, é responsabilidade da sociedade (e não das mulheres individualmente) mudar as práticas e as políticas que encorajam a violência. Na base do fenómeno social da violência contra as mulheres está uma perspectiva do feminino como subordinado a um masculino hegemónico e uma estrutura social que impõe essa subordinação (Klein, em Magalhães, *op. cit.*), onde a estrutura familiar desempenha um importante papel: a forma como está organizada, como se situa face ao conjunto da sociedade e como o social, incluindo as políticas sociais, a representam e a enquadram.

Terrorismo patriarcal e uxoricídio: “se não és minha, não és de ninguém”

A hierarquia nos espaços privados, onde os dominadores se pensam ao abrigo da interferência externa, manifesta-se de diversas maneiras, sendo que os abusos podem apresentar diversos graus de severidade. Assim, o abuso físico surge mais vezes na forma não severa e ocorre menos frequentemente do que o abuso psicológico e verbal. Habitualmente, os episódios de violência física marital incluem bater, atirar coisas, dar bofetadas, empurrar e as injúrias são

cortes e nódoas negras que raramente requerem hospitalização. Nesta ordem de ideias, a violência contra as mulheres no seio das relações conjugais e de intimidade não é uma realidade uniforme. Para além dos tipos de abuso e de agressões a que estão sujeitas, o grau de violência deve também ser conceptualizado. Sem desvalorizar a violência não severa, que tem igualmente de ser combatida, há um outro tipo de violência onde a mulher está em perigo de vida, quer permaneça no lar, quer saia da relação. A este tipo extremo designam algumas autoras/es de *terrorismo patriarcal*. A violência doméstica constitui, então, um fenómeno que vai deste a agressão reiterada não severa a um outro extremo, onde o controle da vítima é total, ao ponto de estar em perigo de vida. E é este conjunto de situações que nos chama a atenção para o papel do patriarcado na violência marital. Alyce LaViolette e Ola Barnett utilizam a expressão “poluição patriarcal” para caracterizar a forma como a estrutura social dominada pelo masculino cria as disposições necessárias para a existência deste fenómeno, proporcionando condições em que este tipo de violência é permitida, encorajada ou normalizada. Nas suas palavras, patriarcado é o “*smog* que respiramos, os pesticidas que ingerimos e as toxinas que encontram um lar nos nossos corpos”, e esta pervasividade faz com que “nem sempre necessariamente consigamos senti-lo ou saboreá-lo” (2000: 109). Os estudos e os números de uxoricídio e de assassinio de namoradas, ex-namoradas ou ex-companheiras¹⁴ aí estão para não nos deixarmos relaxar tolerando comportamentos de violência. Como afirma Mary Wilson, vale a pena perguntarmo-nos por que razão eles matam as esposas e companheiras quando tudo indica que o que eles desejam é controlá-las, “por paradoxal que possa parecer, há evidência que mostra que o uxoricídio [assassinio da esposa] é uma manifestação do sentimento de propriedade” (Wilson 2003: 262).

Os estudos de assassinos / maridos condenados, por exemplo no Canadá e Estados Unidos, mostram a predominância esmagadora da ciúmeira sexual

¹⁴ Em 2004, a UMAR constituiu um “Observatório das Mulheres Assassinadas” que tem acompanhado esta importante vertente do problema da violência doméstica. No levantamento inicial que efectuou de notícias relativas a assassinatos de mulheres por este tipo de violência identificou 47 vítimas mortais no nosso país. Se compararmos com o país vizinho em que o número foi de 63, verificamos que, em relação à população, no nosso país este tipo de homicídio surge numa proporção três vezes superior.

masculina e do sentimento masculino de propriedade sobre as esposas, namoradas e companheiras como motivos do respectivo homicídio. Quando inquiridos, todos professam que *estavam* (entretanto, mataram-nas) profundamente apaixonados pelas suas vítimas. Na maior parte dos casos, uma enorme percentagem de esposas ou companheiras assassinadas tinham previamente deixado o ofensor, algumas mais do que uma vez. Desta forma, estes estudos indicam que a separação é um dos factores espoletadores dos assassinios ou das tentativas. Por exemplo, a New York Commission 1998 identificou que 75% deste tipo de homicídio ocorreu com mulheres que já estavam separadas dos seus maridos ou companheiros ou tentavam terminar a relação na altura em que ocorreu o seu assassinio. Também a análise do assassinio de mulheres por este tipo de crime, na Carolina do Norte, entre 1988 e 1992, determinou que o ímpeto para 41% destes assassinios foi a separação da vítima do seu perpetrador (Wilson 2003). Numa elevada percentagem nos dois estudos, havia documentação de violência doméstica anterior, que infelizmente para as assassinadas não foi tida em devida conta. Para alguns agressores, “até que a morte nos separe” é tomado literalmente. As famílias, amigos/as e conhecidos/as quase uniformemente aconselham as mulheres simplesmente a deixar a relação, como se *deixar* a relação garantisse a segurança delas. Contudo, este conselho bem intencionado pode ser fatal. Muitas vezes, eles ameaçam matá-las se elas se separarem. E matam mesmo: “os homens não deixam facilmente as suas mulheres irem embora” (Wilson 2003: 263), procuram-nas persistentemente para as agredir e ameaçar e algumas vezes para as matar¹⁵.

Referências bibliográficas e webgráficas:

¹⁵ Sem desenvolver aqui esta problemática que o espaço e o tempo não permitem, vale a pena sinalizar que eles matam não apenas as suas ex-esposas ou ex-companheiras, mas também quem está com elas e as ajuda. No caso do levantamento da UMAR de 2004, faleceu uma cunhada de um agressor e uma irmã de outro que tinham recebido em sua casa as vítimas. O marido de uma delas foi igualmente ferido. Por vezes, as crianças são também alvo destes homicidas em conjunto com a mãe, tendo sido assassinadas algumas. Outras vezes, assistem ao assassinio da mãe pelo pai, em casa, à saída do infantário, à saída da escola. Os estudos mostram também que a separação não oferece protecção contra a violação: anda nos 55% o número de esposas violadas que já não estavam a viver com os seus maridos (Wilson 2003).

- AAVV (1995) *Os Direitos Humanos e a Violência Contra as Mulheres*, Lisboa: Secretaria de Estado da Justiça.
- AAVV (1998) *Entre Laços, Histórias de Mulheres*, Lisboa: Edição UMAR.
- AAVV (1995) *Agenda Global, Plataforma de Acção de Pequim, 1995*.
- AAVV (2000) *Violência Doméstica*, Lisboa: Procuradoria Geral da República, Gabinete da Ministra para a Igualdade.
- Alberdi, Inés e Rojas Marcos, Luis (2005) *Violência: Tolerância Zero: Programa de Prevenção de l'Obra Social "La Caixa"*, Barcelona: Edició Fundació "La Caixa".
- Amâncio, Lígia (1995) "Representações de Género, Assédio e Direitos Humanos", in AAVV (1995) *Os Direitos Humanos e a Violência Contra as Mulheres*, Lisboa: Secretaria de Estado da Justiça, pp 43-46.
- APDH (Assembleia Permanente para os Direitos Humanos) (1994) *Educar para la Paz*. Asociación ProDerechos Humanos. Madrid: Ortega e Gasset 77.
- Arriaga, Ximena B. E Stuart Oskamp (1999) "The Nature, Correlates, and Consequences of Violence in Intimate Relationships", in Arriaga, Ximena B. E Stuart Oskamp (1999) *Violence in Intimate Relationships*, Londres: Sage, pp 3-16.
- Azevedo, Maria do Céu e Ângela da Costa Maia (2006) *Maus Tratos à Criança*, Lisboa: Climepsi Editores.
- Azevedo, M. A. e Guerra (1995) *Violência Doméstica na Infância e na Adolescência*, São Paulo: Robe Editorial.
- Bradbury, Thomas N. e Erika Lawrence (1999) "Physical aggression and the Longitudinal Course of Newlywed Marriage", in Arriaga, Ximena B. E Stuart Oskamp (1999) *Violence in Intimate Relationships*, Londres: Sage, pp 181-202.
- Brownmiller, Susan (1975) *Against Our Will. Men, Women and Rape*, Nova Iorque: Bantam Books.
- Camargo, Ana Maria Faccioli de e Cláudia Ribeiro (2003) *Sexualidade(s) e Infância(s). A sexualidade como um tema transversal*. Capinas: Unicamp e Universidade Estadual de Campinas.
- Carter, Cynthia e C. Kay Weaver (2003) *Violence and the Media*, Buckingham: Open University Press.
- Cavalcante Alcilene e Dulce Xavier (2006) *Em Defesa da Vida: aborto e direitos humanos*, São Paulo: Católicas Pelo Direito de Decidir.
- CIDM (2000) *Tráfico e Exploração Sexual de Mulheres*. Actas do (01) Seminário Internacional. Lisboa: CIDM. Presidência do Conselho de Ministros, Cadernos Condição Feminina.
- CIDM (2001) *Plataforma de Acção de Pequim 1995. Iniciativas e Acções Futuras. Igualdade de Género, Desenvolvimento e Paz para o Século XXI*, Lisboa: CIDM.
- Colectivo Amani (1994) *Educación Intercultural. Análises y resolución de conflictos*. Madrid: Popular.
- Connell, Robert W. (1993) *Gender and Power*, Cambridge: Polity Press.
- Cortesão, Luiza e colegas (1995) *E agora tu dizias que... Jogos e brincadeiras como dispositivos pedagógicos*, Porto: Afrontamento.
- Craven, D. (1996) *Female Victims of Violence Crime*. Washington, DC: Department of Justice, Bureau of Justice Statistics.
- Danziger, Claudie (2002) *Violência das Famílias. Mal de Amor*, Lisboa: Climepsi Editores.
- Denborough, D. (1996) "Step by step: Developing respectful and effective ways of working with young men to reduce violence", in C. melena, M. Carey e C. White (coords) *Men's way of being*, Nova Iorque: Westview.
- Dewey, John (1968) *Experience et Éducation*, Paris: A. Colin [tradução em Elvira Leite e Manuela Malpique, Porto: Edições Afrontamento.]
- Dias, Isabel (2007) "Uma abordagem feminista dos maus tratos às mulheres", in Amâncio, Tavares, Joaquim e Almeida (orgs.) (2007) *O Longo Caminho das Mulheres. Feminismos — 80 anos depois*, Lisboa: Dom Quixote, pp 395-407.
- Dias, Isabel (2004) *Violência na Família. Uma abordagem sociológica*, Porto: Edições Afrontamento.
- Dobash, R. Emerson; Russell Dobash; Kate Cavanach e Ruth Lewis (2000) *Changing Violent Men*, Califórnia: Sage Publications.
- Dourado, Alexandra, Dina Nunes, Elisabete Brasil e Maria Bibas (2007) "O poder transformador do olhar d@s outr@s: a experiência em locais em que é possível exprimir emoções", in

- Amâncio, Tavares, Joaquim e Almeida (orgs.) (2007) *O Longo Caminho das Mulheres. Feminismos — 80 anos depois*, Lisboa: Dom Quixote, pp 408-420.
- Duarte, Fátima (org.) (2000) *Prostituição e Tráfico de Mulheres e Crianças, Colectânea de Textos Legais e de Instrumentos Internacionais*, Lisboa: CIDM, Cadernos Condição Feminina.
- Egger, Steven A. (1998) *The Killer Among Us: An examination of serial morder and its investigation*. Nova Jersey: Prentice Hall.
- Fenánadez, Isabel (2005) *Prevenção da Violência e Solução de Conflitos. O clima Escolar como Fator de Qualidade*, São Paulo: Madras Editora. [Tradução de 2004 *Prevención de la Violencia y Resolución de Conflictos*, Narcea S. A. Ediciones].
- Fernández, Isabel, Margarida Blanco e M^a del Mar Callegón (2005) “Aproximação curricular”, pp 95-111, in Fenánadez, Isabel (2005) *Prevenção da Violência e Solução de Conflitos. O clima Escolar como Fator de Qualidade*, São Paulo: Madras Editora. [Tradução de 2004 *Prevención de la Violencia y Resolución de Conflictos*, Narcea S. A. Ediciones].
- Freire, Paulo (1992) *Pedagogia da Esperança. Um reencontro com a Pedagogia do oprimido*, São Paulo: Paz e Terra.
- Freire, Paulo (1972) *Pedagogia do Oprimido*, Porto: Afrontamento.
- Fundação Abrinq pelos Direitos das Crianças: <http://www.fundabring.org.br>
- Giddens, Anthony (1991) *Modernity and Self-identity*. Cambridge: Polity Press [tradução portuguesa da Celta].
- Giordani, Anecy Tojeiro (2006) *Violencias Contra a Mulher*, Sao Paulo> Yendis Editora Ltda.
- Goffman, Erving (1968) *Asiles. Études sur la condition social des malades mentaux*, Paris: Les Éditions de Minuit.
- Goffman, Erving (1976) *Gender Advertisements*. Londres: Macmillan.
- Goldman, R. e Papson, S. (1996) *Sign Wars: The Cluttered Landscape of Advertising*, Nova Iorque: Guilford Press.
- Gramsci, Antonio (1979) *Prison Notes*, Londres.
- Guia Direitos Humanos: <http://www.guiadh.org/apresentacao.htm>
<http://www.guiadh.org/resultbusca.php>
- Hagemann-White, Carol (1998) “Violence without end? Some reflections on achievements, contradictions, and perspectives of the feminist movement in Germany”, in Klein, Renate C. A. (1998) *Multidisciplinary Perspectives on Family violence*, Londres: Routledge, pp 176- 191.
- Hatty, Suzanne (2000) *Masculinities, Culture and Violence*, Londres: Sage, Colecção SVAW – Sage Series on Violence Against Women.
- Hernández Morales, Graciela (2003) *Educar para Previ-la Volencia de Xénero*, Guia para o professorado de educação infantil e primária, Xunta de Galicia: Servicio Galego de Igualdade.
- Hernández Morales, Graciela (2003) *Educar para Previ-la Volencia de Xénero*, Guia para o professorado de educação secundaria, Xunta de Galicia: Servicio Galego de Igualdade.
- Hoff, Lee Ann (1993) *Battered Women as Survivors*, Londres: Routledge.
- Hoff, Lee Ann (1994) *Violence Issues: An Interdisciplinary Currriculum Guide for Professionals*, Ottawa: Health Canada.
<http://endabuse.org/resources/facts/>
<http://planeta.terra.com.br/noticias/mjdh/frame8.html>
<http://www.guiadh.org/resultbusca.php>
http://www.mj.gov.br/sedh/dpdh/gpdh/ddh_bib_inter_universal.htm
- Ibáñez Martínez, Maria Luísa (2006) “La violencia de género como mecanismo de desigualdad: un obstáculo para la verdadera democracia”, *ex aequo* nº 13, pp 113- 130.
- Joaquim, Teresa (2006) *Cuidar dos Outros, Cuidar de Si. Questões em torno da maternidade*, Lisboa: Livros Horizonte.
- Jeffreys, Sheila (2005) *Beauty and Misogyny. Harmful Cultural Practices in the West*. Londres: Routledge.
- Klein, Renate C. A. (1998) *Multidisciplinary Perspectives on Family violence*, Londres: Routledge.
- LaViolette, Alyce D. e Barnett, Ola W. (2000) *It Could Happen to Anyone: Why Battered Women Stay*, Londres: Sage.
- Leite, Carlinda e Lurdes Rodrigues (2001) *Jogos e Contos numa Educação para a Cidadania*, Lisboa: IIE.

- Lima Cruz, Angélica e Maria José Magalhães (2006) "Susanna and the elders: a recurrent theme in art and in life", paper presented to INSEA International Conference.
- Lisboa, Manuel, Isabel do Carmo, Luísa Branco Vicente e António Nóvoa (2003) "Os Custos Sociais e Económicos da Violência Contra as Mulheres, Lisboa: CIDM, Coleção Ditos Escritos, nº 17.
- Lisboa, Manuel, Zélia Barroso e Joana Marteleira (2003) "O Contexto Social da Violência Contra as Mulheres Detectada nos Institutos de Medicina Legal, Lisboa: CIDM, Coleção Ditos Escritos, nº 16.
- Lisboa, Manuel, Luísa Branco Vicente e Zélia Barroso (2005) *Saúde e Violência Contra as Mulheres. Estudo sobre as relações existentes entre a saúde das mulheres e as várias dimensões de violence de que tenham sido vítimas*, Lisboa: DGS.
- Lourenço, Nelson e Maria João Leote de Carvalho (2000) "Violência Doméstica: Conceito e Âmbito. Tipos e Espaços de Violência – uma Primeira Aproximação", in AAVV (2000) *Violência Doméstica*, Lisboa: Procuradoria Geral da República, Gabinete da Ministra para a Igualdade.
- Lourenço, Nelson, Manuel Lisboa e Elza Pais (1997) *Violência Contra as Mulheres*, Lisboa: CIDM, Cadernos Condição Feminina nº 48.
- Magalhães, Maria José (2005) "Confronting Violence at Home", VIII Congresso Internacional da AIFREF, Canadá.
- Magalhães, Maria José (2005) "Contributos para uma discussão em torno de conceitos acerca da violência doméstica", Seminário Internacional, Coimbra, no prelo.
- Manita, Celina (2005) *A Intervenção em Agressores no Contexto da Violência Doméstica em Portugal*. Estudo preliminar de caracterização. Lisboa: CIDM e Presidência do Conselho de Ministros. Cadernos Estudos de Género 2.
- Manita, Celina e Alexandra Oliveira (2002) *Estudo de caracterização da prostituição de rua no Porto e Matosinhos, investigação integrada no Projecto "De rua em rua"*, Lisboa: CIDM, Cadernos da Condição Feminina.
- Maria, Susana (2004) *Mulheres Sobreviventes de Violação*, Lisboa: Livros Horizonte.
- Marques, Alice (2004) *Mulheres de Papel. Representações do Corpo nas Revistas Femininas*, Lisboa: Livros Horizonte.
- Marques, C., Conceição Nogueira, Maria José Magalhães e Sofia Marques da Silva (2003) *Um Olhar sobre os Feminismos. Pensar a democracia no mundo da vida*, Porto: UMAR.
- Millet, Kate (1963/1971) *Política Sexual*, Lisboa: Presença.
- Miyahara, Rosemary Peres (2002) "Violência nas Escolas" in Ferrari, Dalka C. A. e Tereza C. C. Vecina (2002) *O Fim do Silêncio na Violência Familiar. Teoria e Prática*, São Paulo: Editora Ágora, pp 107-113.
- Monteiro, Fátima Jorge (2000) *Mulheres Agredidas pelos Maridos: de Vítimas a Sobreviventes*, Lisboa: ONG CCCIDM.
- Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH): <http://www.direitoshumanos.org.br>
- Movimento Nacional dos Direitos Humanos (MNDH): <http://www.mndh.org.br/>
- Morgan, David H. J. (1996) *Family Connections. An introduction to Family Studies*. Cambridge: Polity Press.
- Morgan, Robin (1970) (coord.) *Sisterhood is Powerful. An anthology of writings from the women's liberation movement*, Nova Iorque: Vintage Books Edition.
- O'Brien, Mary K. (2001) "School-Based Education and Prevention Programs" in Renzetti, Claire M., Jeffrey L. Edleson e Raquel Kennedy Bergen (Coords) (2001) *Sourcebook on Violence Against Women*, Londres: Sage, pp 387-415.
- ONU, Organização das Nações Unidas - Direitos Humanos: <http://www.un.org/rights/>
- Perrenoud, Philippe (2002) *A Escola e a Aprendizagem da Democracia*, Porto: Edições Asa.
- Pinto, Helena, Elisabete Brasil, Laura Fonseca e Maria José Magalhães (2004) "Violência contra as Mulheres e Família", comunicação apresentada ao V Congresso da Associação Portuguesa de Sociologia, "Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção", Braga, 12 a 15 de Maio de 2004.
- Pinto, Teresa et al. (1999) *Coeducação: do Princípio ao desenvolvimento de uma prática*. Lisboa: CIDM, Cadernos Coeducação [a Coleção é composta por 10 publicações diferentes editadas em português].
- Pollock, Griselda (1988) *Vision and Difference: Femininity, Feminism and the Histories of Art*, Londres: Routledge.

- Powell, K. E., Dahlberg, L. L., Friday, J. Mercy, J.A., Thornton, T. e Crawford, S. (1996). Prevention of youth violence: Rationale e characteristics of 15 evaluation projects. *American Journal of Preventive Medicine*, 12 (Suppl 2, Nº 5), 3-12.
- Radford-hill, Sheila (2000) *Further to fly. Black Women and the Politics of Empowerment*, Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Ramos, Fernanda (2007) Famílias e suas representações em torno de cidadanias e género: ouvindo mães e pais de crianças do 1º ciclo, Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, Porto. FPCEUP.
- Renzetti, Claire M., Jeffrey L. Edleson e Raquel Kennedy Bergen (Coords) (2001) *Sourcebook on Violence Against Women*, Londres: Sage.
- Restuccia, Frances L. (2000) *Melancholics in Love. Representing Women's Depression and Domestic Abuse*, Oxford: Rowman e Littlefield Publishers.
- Ribeiro, Carolina (2007) "O jogo do Faz-de-conta: construir a cidadania do futuro", Tese de mestrado em Ciências da Educação, FPCEUP.
- Ribeiro, Marisa Marques e Rosilda Baron Martins (2006) *Violência Doméstica Contra a Criança e o Adolescente. A realidade velada e desvelada no ambiente escolar*. Curitiba, Paraná: Juruá Editora.
- Rodríguez Sánchez, Inés (2007) *¿Por Qué Violencia Tiene Nombre de Mujer? Una sopa de cifras y letras*, Junta de Extremadura: IMEX e Consejería de Cultura.
- Rodger, John J. (1996) *Family Life and Social Control, A sociological perspective*, Londres: Macmillan Press.
- Safer, A. (1994) *Healthy Relationships: A Violence-prevention curriculum*, Nova Scotia, Canada: Men For Change.
- Sharps, Phyllis W. e Jacquelyn Campbell (1999) "Health Consequences for Victims of Violence in Intimate Relationships", in Arriaga, Ximena B. E Stuart Oskamp (1999) *Violence in Intimate Relationships*, Londres: Sage, pp 163-180.
- Schechter, Jarret, Jaroslav Skupnik e Francesca Sorrenti (2003) *Hermanovce. Four Seasons With the Roma*, Londres: Trolley Ltd Unit 5.
- Sousa, Ana Isabel (2002) *As Mulheres e a Violência Doméstica*, Açores: Edições UMAR.
- Souza, João Francisco (2001) *Actualidade de Paulo Freire. Contribuição ao debate sobre a educação na diversidade cultural*. Recife: NUPEP U F Pernambuco e CIIIE FPCEUP.
- Staggenborg, Suzanne (1998) *Gender, Family and Social Moviments*, Londres: Pine Forge Press.
- Stark, Evan e Flitcraft, Anne (1996) *Women at Risk: Domestic Violence and Women's Health*, Londres: Sage.
- Tavares, Manuela (2002) *Aborto em Portugal*, Lisboa: Livros Horizonte.
- Tavares, Manuela (2000) *Movimentos de Mulheres em Portugal, Décadas de 1970 e 80*, Lisboa: Livros Horizonte.
- UMAR (2002) Violência doméstica, documento policiado.
- Vicente, Ana (2000) *Direitos das Mulheres / Direitos Humanos*, Lisboa: CIDM, Cadernos Condição Feminina.
- Walker, Lenore E. (1979) *The Battered Women Syndrome*, Nova Iorque: Harper e Row.
- Walker, Lenore E. (1997) "The battered women syndrome is a psychological consequence of abuse", in David Finkelhor et al. (orgs.) *The Dark Side of the Families. Current Controversies on Family Violence*, Londres: Sage, pp 133-153.
- Walkerdine, Valerie (1997) *Daddy's Girl: Young Girls and Popular Culture*. Cambridge: Harvard University Press.
- Wilson, Margo e Martin Daly (2003) "Till Death Us do Part", in Rose Weitz (2003) *The Politics of Women's Bodies*, Nova Iorque: Oxford University Press, pp 257-270.
- Wolf, Naomi (1990) *The Beauty Myth*, Londres: Chatto and Windus [tradução portuguesa pelo Círculo de Leitores].
- Wolfe, David e Peter G. Jaffe (2003) "Prevention of Domestic Violence and Sexual Assault (January 2003)", VAWnet - Network on Violence Against Women, National Resource Center on Domestic Violence National Electronic, Pennsylvania Coalition Against Domestic Violence.